

UIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

CRISTIANI ALVES COSTA

A IMPORTÂNCIA DOS INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS, NO PERÍODO 2003
– 2009, PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE PEQUENAS PROPRIEDADES
RURAIS: ESTUDO DO CASO DA COMUNIDADE ÁGUA LIMPA – CAJURI - MG.

Viçosa
2009

Cristiani Alves Costa

A Importância dos Incentivos Governamentais, no período 2003 – 2009, para o Desenvolvimento Local de Pequenas Propriedades Rurais: Estudo do Caso da Comunidade Água Limpa – Cajuri -MG.

Monografia de conclusão do bacharelado no curso de Geografia, apresentada à disciplina GEO 481 – Monografia e Seminário, como exigência parcial.

Membros da Banca Examinadora da Monografia

Prof^ª. Janete Regina de Oliveira
Departamento de Geografia - UFV

Prof. Leandro Dias Cardoso Carvalho
Departamento de Geografia - UFV

Prof. Dr. Leonardo Civale
Departamento de Geografia - UFV
Curso de Geografia
Orientador

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos meus amigos e familiares que estiveram presentes na minha vida, sobretudo neste período complicado que foi o meu retorno para Viçosa. Também o dedico aos meus sobrinhos e o Francisco, os quais ainda nem sabem o que quer dizer trabalho acadêmico. Que este lhes sirva de exemplo para lutar e construir os seus sonhos e objetivos. Foi preciso perder para ganhar. E isso tem que valer a pena.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem a participação de pessoas importantes, as quais conheci durante esse processo, assim aquelas que já faziam parte da construção da minha vida. Agradeço à minha mãe querida, Maria Dalva Costa Ramalho que todos os dias, antes de dormir, tenho certeza de que pede a Deus por mim em suas orações. Ao meu pai, Manoel Alves da Silva, pela dedicação em todos os momentos e apoio imensurável. Aos meus irmãos tão unidos, os quais amo profundamente e que sempre são solidários comigo e compreenderam o apoio que tive dos meus pais, conscientes de que não receberam tal apoio dele, do mesmo modo que eu, devido às fases difíceis de perda na nossa família. Aos meus sobrinhos queridos em especial ao afilhado Saulo Costa Ferraz. Ao Roberto pelo amor e apoio constante, fundamental nesta fase difícil na qual me encontro distante demais da minha família. Aos meus cunhados (as) pelos quais tenho grande admiração por serem homens e mulheres batalhadores (as). Aos professores do departamento de geografia que sempre me trataram com carinho e respeito, em especial ao meu orientador Leonardo Civale, “tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas,” pela preocupação, aprendizado e amizade única. Ao funcionário Fernando pela fineza. À minha grande amiga e companheira de república, Juliana Pereira Ramalho, pela força diária e, às minhas adoráveis e eternas: Domingas, Elmira, Patrícia, Rosa, Sandrinha, Anarléia, Palmira e Telma. Às amigas Nelsina, Noeme e Cheiro pelas preces. Ao professor Antônio pelo apoio incondicional. À grande família Patente pela amizade sincera. Aos queridos amigos Sebastião e Robson. Ao LabGEO/ DPS. À Eliana. À Emater de Viçosa e Cajuri. À Intec Ambiental. E, por fim, às famílias da comunidade Água Limpa que me acolheram com tanta paciência, carinho, respeito e solidariedade. Meu profundo agradecimento por terem me ofertado o melhor dos seus lares.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	06
1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS-----	09
2 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS-----	15
Área de Estudo-----	15
Metodologia-----	16
Resultados e Discussão-----	19
3. A QUESTÃO DOS INCENTIVOS-----	28
CONCLUSÃO-----	34
BIBLIOGRAFIA-----	36
ANEXOS-----	39

INTRODUÇÃO

A importância dos incentivos governamentais para o desenvolvimento local de pequenas propriedades rurais entre os anos 2003-2009, constitui o objeto de estudo deste trabalho, que teve como foco a comunidade Água Limpa, situada na Zona da Mata Mineira. Esta comunidade pertence ao município de Cajuri¹ - MG, conforme mostra a figura 1, e fica na fronteira com o município de Viçosa – MG. A pesquisa teve como principais objetivos: identificar os incentivos e apoio governamental existentes na comunidade; identificar e analisar as instituições e organizações que estão envolvidas com a implantação dos benefícios governamentais bem como verificar a existência de tecnologias e infra-estrutura nas propriedades.

A consideração do período citado deve-se a de ter sido marcado, por uma administração, a nível federal, cujo perfil voltava-se para as questões sociais e por uma grande aceitação popular. A partir de 2003 verifica-se que as políticas governamentais passam a ser prioridade, no que tange aos incentivos para a agricultura, sobretudo a familiar, que até então não representava pauta significativa nos projetos que envolvem as políticas direcionadas para a agricultura. E isso se intensifica a partir de 2005 com programas mais eficientes e com uma intervenção enfática do governo federal em parceria com outros níveis governamentais, inclusive sobre os créditos aos pequenos produtores.

Neste trabalho fazer uma buscou-se fazer uma reavaliação de como tem chegado tais incentivos aos agricultores familiares e qual é o reflexo deles na vida dessas famílias.

No capítulo 1 é feito uma discussão conceitual acerca daqueles contemplados na pesquisa. No capítulo 2 são apresentados e discutidos os incentivos e apoio dos governos, levantados na pesquisa. E o capítulo 3 uma breve discussão sobre os incentivos

¹ Localização do município de Cajuri na página 08.

governamentais, com ênfase no Pronaf, assim como a sua inserção dentro do presente contexto do país.

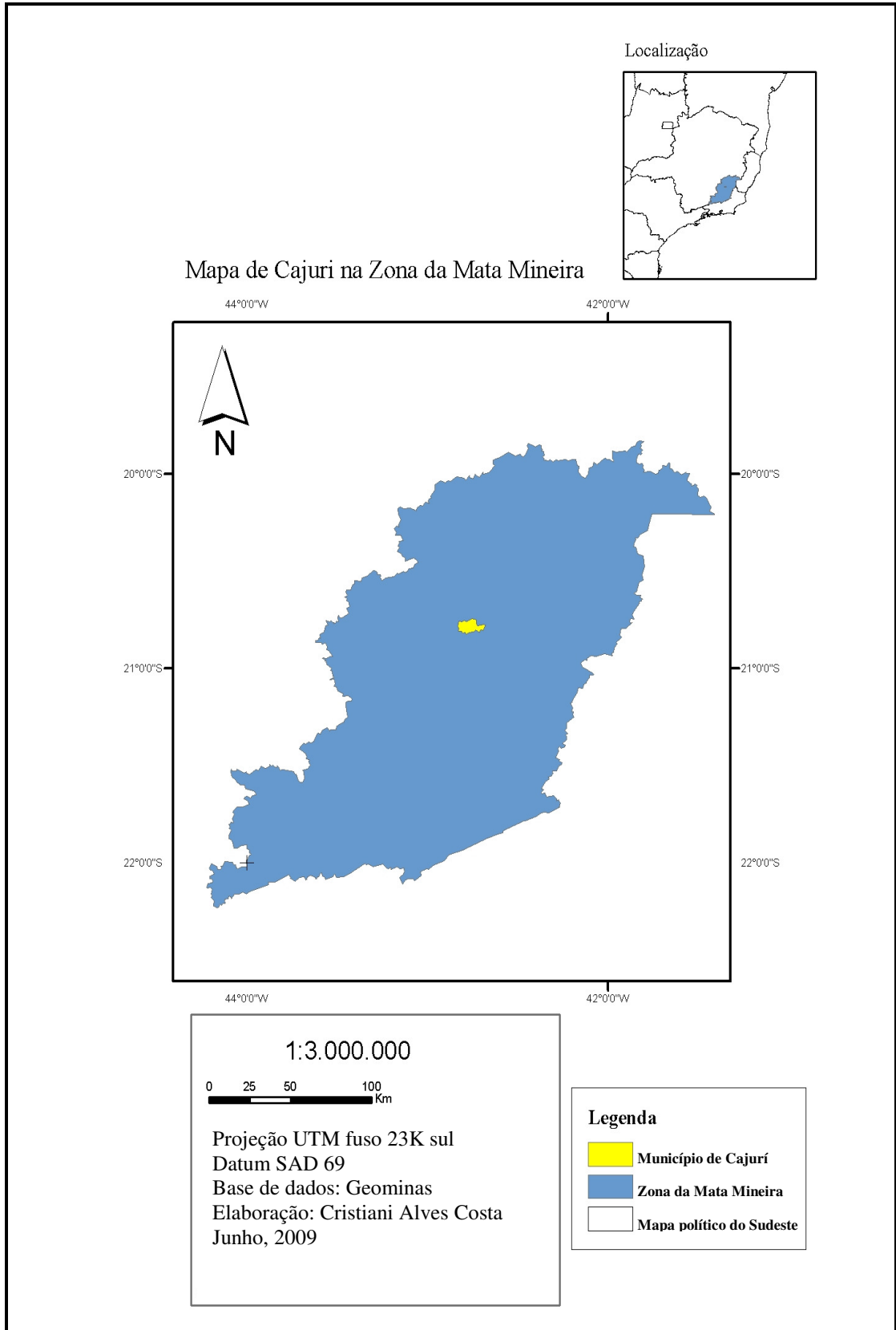


Figura 1- Mapa de localização do município de Cajuri, onde se encontra a comunidade Água Limpa.

1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Refletir em torno de temas complexos normalmente requer uma clareza conceitual acerca do assunto, de maneira que não haja abertura para concepções equivocadas. Ao se tratar do conjunto homem - trabalho – natureza, os estudos sobre as transformações acerca dessa relação vêm se intensificando há décadas. A maior parte dessas, advém sobretudo do desenvolvimento científico e tecnológico que tomou grande propulsão no pós-guerra, concomitante às novas relações dentro e entre as sociedades humanas, assim como a mudança de hábito de consumo proporcionado pelo processo de globalização dentre outras.

Embora tais transformações sempre tenham ocorrido, ao longo do tempo, de maneira natural e contínua, desde a origem do homem; o surgimento do capitalismo as acelerou e as tornou ao mesmo tempo mais complexas e diversas em distintos lugares do mundo.

O referencial teórico, em relação ao tema, aborda desde os aspectos históricos, até conceitos da ciência geográfica, tais como: lugar, dentre outros.

Diante do exposto, pretendemos neste capítulo discutir alguns conceitos fundamentais tais os quais constituem a sua base conceitual tais como: agricultura familiar, propriedade familiar, módulo rural e desenvolvimento local sustentável, de maneira que o objeto de estudo em questão possa ser analisado e, compreendido, no capítulo 2, dentro do período histórico definido. Quando se trata da questão agrária brasileira na sua heterogeneidade, deparamos-nos com concepções provenientes, sobretudo da mentalidade da classe dominante deste país que do ponto de vista ideológico, relega a um segundo plano a agricultura familiar, em função do modelo agrário e da base histórica fundiária constituída ao longo do tempo. Neste sentido a agricultura familiar, encontra inúmeras dificuldades. De acordo com Carneiro (2007), a agricultura familiar e a sua base fundiária luta com dificuldades diante da falta de recursos que são direcionados, normalmente, para favorecer as grandes propriedades. A pequena

propriedade sofre com a falta de recursos para competir no mercado neste processo de modernização.

Isso passa a se tornar incoerente; perante a própria concepção de agricultura familiar e do conceito de propriedade familiar, definidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária . Nele é claro no Inciso II, do Estatuto da Terra na:

Lei 4.504/64, define como propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros. (INCRA, 2009).

Neste sentido é fundamental pensar em uma agricultura familiar modernizada, mas sem perder o foco de que ela também seja capaz de absorver a mão-de-obra do campo e ao mesmo tempo gerar renda, de maneira que não traga os vícios do modelo agrário predominante até então, principalmente em relação à tecnificação da agricultura que, além de gerar desemprego no campo, provoca problemas ambientais. Visto que tal modelo, paralelo à tecnologia que o acompanha, não se adequa mais à realidade que o país vive, como questiona

Moacir Palmeira:

O que essas teorias nada modernas da modernização – que, no melhor estilo do século XIX, vêem as mudanças técnicas como uma espécie de matriz de todas as mudanças – não conseguem enxergar é que as mudanças sofridas pelo campo brasileiro foram muito mais amplas que a simples modernização tecnológica, e que, apesar da “modernização”, a questão da propriedade fundiária continua dividindo a sociedade, fazendo com que os sucessivos governos não consigam livrar-se da “reforma agrária”, mesmo quando é evidente a sua falta de motivação para realizá-la. (MOACIR PALMEIRA, 2008, p.193).

Isso também se explica, pelos modelos de desenvolvimento agrários que aconteceram no Brasil até recentemente. Modelos estes que não privilegiavam a diversidade produtiva e territorial do campo, e que “desconsiderava a complexidade social e ambiental que interferem nas escalas de produção agrícola.” (ROSA, 2005, p. 5).

Desse modo, tendo como ponto de discussão, o exposto acima por Moacir e Rosa, realmente não faz sentido pensar que o modelo de agricultura voltado para o latifúndio venha se adequar à agricultura familiar. Isso se reforça quando partimos do princípio de que a agricultura familiar, como o próprio nome já diz, é restrita e acontece normalmente nas propriedades familiares. E a sua base fundiária tem suas limitações definidas pelo módulo rural que varia de acordo com as características de cada município, em relação aos critérios estabelecidos para definir o tamanho de um módulo. No caso do município em estudo, um módulo rural equivale a 22 hectares. Pela definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2009), o módulo rural :

É derivado do conceito de propriedade familiar e, em sendo assim, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico. (INCRA, 2009).

Por outro lado é importante se atentar para que a tecnificação aplicada à agricultura familiar não contribua ainda mais para a expulsão de mão-de-obra, provocando o êxodo rural, semelhante ao que ocorreu nos países europeus, como lembra Carneiro (1997), foi necessário pensar além da tecnização agrícola. O governo francês investiu em políticas sociais no intuito de melhorar a qualidade de vida do agricultor e diminuir as disparidades existentes entre eles e o trabalhador urbano. Dentre tais políticas se destacaram programas de orientações dos

filhos dos agricultores para outros setores da economia, controle da taxa de natalidade, aposentadoria rural e incentivo à tecnização e comando da mesma pelos mais jovens.

No entanto, ainda segundo a autora mencionada acima, em reflexo das referidas medidas do governo francês, nasceram outros problemas. “Os resultados econômicos, rapidamente alcançados, melhores que os esperados, ocasionaram, porém, um novo problema social e ambiental: a desertificação do campo e o inchaço de algumas cidades”. (Carneiro, 1997, p.4).

Embora o Brasil tenha se espelhado nas experiências do modo de produção europeu para implementar a sua política no meio rural; sobretudo por ter passado a dar ênfase à agricultura familiar nos últimos anos, é importante ressaltar que os próprios resultados dessa política, assim como a realidade histórica da agricultura no Brasil, distinta dos países europeus, e a diversidade da sua agricultura, requer uma política agrária diferenciada para este país. Daí verifica-se a importância da participação do Estado como principal agente de transformação do campo como destaca Moacir Palmeira:

Se, no passado, os interesses da grande propriedade rural se faziam sentir através do Legislativo e da articulação de clientelas pessoais dentro da burocracia estatal, agora é a própria garantia da condição de proprietário e criação de oportunidades econômicas que passam por dentro da máquina estatal. O mercado de terras passa a atravessar a máquina do Estado, o qual deixa de ser apenas um regulador externo desse mercado. Ele se torna também um dos lugares e um dos agentes dessas transações. (PALMEIRA, 2008, P.196).

A partir da percepção das experiências de outros países em relação à agricultura familiar e da necessidade da participação do Estado nessa política, nascem os desafios para a reestruturação do referido modelo agrário onde a Agricultura Familiar ganha destaque nos programas governamentais a partir das últimas décadas, sobretudo em relação ao Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF, 2005) que tem como principal objetivo:

Construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, visando o aumento e a diversificação da produção, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida. (PRONAF, 2005).

Em suas análises sobre sustentabilidade ambiental, Moreira (1996), complementa esse objetivo do Pronaf ao fazer uma reflexão sobre o sentido da sustentabilidade, advinda de uma nova concepção contemporânea ecológica, que interpreta a agricultura familiar, não apenas como organização capaz de gerar renda suficiente para manter uma família, como acrescenta à mesma, o uso dos recursos naturais de forma sustentável.

Interpretar a agricultura familiar dentro desta lógica da sustentabilidade parece simples. No entanto, construir uma mentalidade consciente acerca desta concepção, requer uma mudança de hábito que está enraizado há séculos nos costumes e modo de viver, não apenas dos agricultores familiares como da sociedade brasileira em geral.

Neste sentido, as instituições envolvidas com a agricultura familiar devem desempenhar um papel fundamental para a construção da consciência ambiental no intuito de almejar o desenvolvimento sustentável concreto. Para isso, a necessidade de mudança de perfil e de postura dos representantes das instituições que lidam com a agricultura familiar que, do ponto de vista de Rosa (2005), deve mudar seu conceito de representatividade e passar a enxergar o agricultor familiar como sujeito histórico. E, na perspectiva do desenvolvimento local deve se colocar, ao contrário de interventores, mas, como mediadores que, concomitante à estimulação das necessidades e demandas dos agricultores, trabalha na valorização do conhecimento local.

É com base nestes conceitos que se pretende discutir, nos próximos capítulos, a questão dos incentivos governamentais na comunidade Água Limpa, em Cajuri/Viçosa – MG.

É possível que o Brasil esteja ao alcance de resultados plausíveis e desejáveis para a agricultura familiar, adequados à realidade cultural e necessidades do país ao levar em consideração o seu contexto histórico. Os resultados do censo 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados pela Agência Adital, podem mostrar dados que nos levam a crer nesta possibilidade. O próprio ministro do desenvolvimento agrário, Guilherme Cassel, em sua análise sobre os referidos dados, faz as suas observações.

Esse censo jogou luz no meio rural brasileiro. Ele mostrou que a agricultura familiar se relaciona melhor com o meio ambiente e é produtiva". De acordo com o levantamento, a agricultura familiar foi responsável, em 2006, por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%). O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$ 13,99 mil. Sobre o censo de 2006, divulgado este ano. (CASSEL apud ADITAL, 2009, p.1).

Como convergência às colocações do ministro, percebe-se que existe uma semelhança entre as suas observações e as do jornalista e secretário da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Antônio Canuto, sobre o Censo 2006. Fato raro e relevante entre integrante de movimentos sociais e governo. Antônio Canuto nos chama a atenção sobre a questão da mão-de-obra apresentada no censo e sua relação com a agricultura familiar:

Outro dado importante do Censo é em relação à mão de obra em atividade. O total do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias, segundo o Censo, era de 12.801.179 pessoas. Destas 11.036.701 atuava nas atividades da agricultura familiar. Somente 1.764.478 pessoas, nas atividades da agricultura empresarial. Isso mostra que em média a agricultura familiar gera um emprego a cada sete hectares, enquanto a agricultura empresarial gera um emprego a cada 141 hectares. E alardeia aos quatro cantos que sua atividade é responsável pelo aumento do emprego no campo. (CANUTO apud ADITAL, 2009, p.1).

2. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

2.1 Área de Estudo

A comunidade em estudo, denominada Água Limpa, situa-se às margens da Rodovia Oraidia Mendes de Castro que é cortada pelo Rio Turvo, na Zona da Mata Mineira. Pertence ao município de Cajuri - MG, e faz divisa com o município de Viçosa – MG, mais precisamente entre Cachoeirinha e São José do Triunfo. Justamente por se localizar em uma área limítrofe, mais próxima de Viçosa, onde tem melhor acesso, a população desta comunidade frequenta com maior intensidade o município de Viçosa do que ao qual pertence.

Em relação às suas características fisionômicas, existem ainda resquícios de Floresta Atlântica, nativa desta região, que se localiza nos topos de morros ao longo das elevações da micro bacia. Possui cursos d'água bastante estreitos em decorrência da gama de divisores topográficos que se ramificam por toda a paisagem² conforme mostra a figura 2. De modo geral, o tipo de cultivo é o café, milho, feijão, frutas e hortaliças.

Sobre o histórico da comunidade é interessante porque naturalmente quando se vai a um lugar pela primeira vez, pensa-se que todos os moradores dali são apenas vizinhos e vivem juntos. No entanto, o caso de Água Limpa é bem diferente, pois as terras onde moram as famílias são herança de Sr. Divino Soares e de Sra. Samela dos quais não se tem relatos de qualquer tipo de parentesco. Os dois as deixaram para os seus filhos e netos. Por isso, dentre todos os proprietários rurais que habitam a comunidade Água Limpa, apenas três não possuem nenhum parentesco com a maioria dos moradores da comunidade.

² Ver o mapa na página 17

2.2 Metodologia

Esta pesquisa teve um caráter teórico-empírico, cuja intenção é poder chegar ou de se aproximar dos resultados que se pretende, por meio de entrevistas estruturadas e questionários (em anexo) como sugere GIL (1995, p.115), realizadas com os produtores rurais, extensionistas da Emater e representantes da empresa privada, Intec Ambiental, que teve uma participação na comunidade, as quais foram desenvolvidas ao longo do trabalho de campo.

A pesquisa partiu de uma primeira leitura, de obras referentes ao assunto, a fim de fornecer embasamento teórico para o planejamento do roteiro de entrevista. Em seguida, foram realizadas várias visitas à comunidade Água Limpa, para um contato mais próximo com sua realidade, com a finalidade de construir uma relação de confiança com as famílias e para a concretização da entrevista inicial. Esta passou por uma sistematização logo após, à luz de uma revisão bibliográfica com foco nos objetivos propostos.

Em relação ao número de famílias entrevistadas somou-se um total de 15, sendo que em todas, compostas por homem e mulher, o casal foi entrevistado. Durante o processo, os entrevistados tiveram a liberdade de escolher qual dos dois membros responsáveis pela família poderia responder com mais eficiência às perguntas.

Embora a pesquisa tenha sido iniciada em abril do ano em curso, as entrevistas só foram possíveis ser realizadas em julho e agosto deste.

Mapa da Rede Hidrográfica do Município de Cajuri

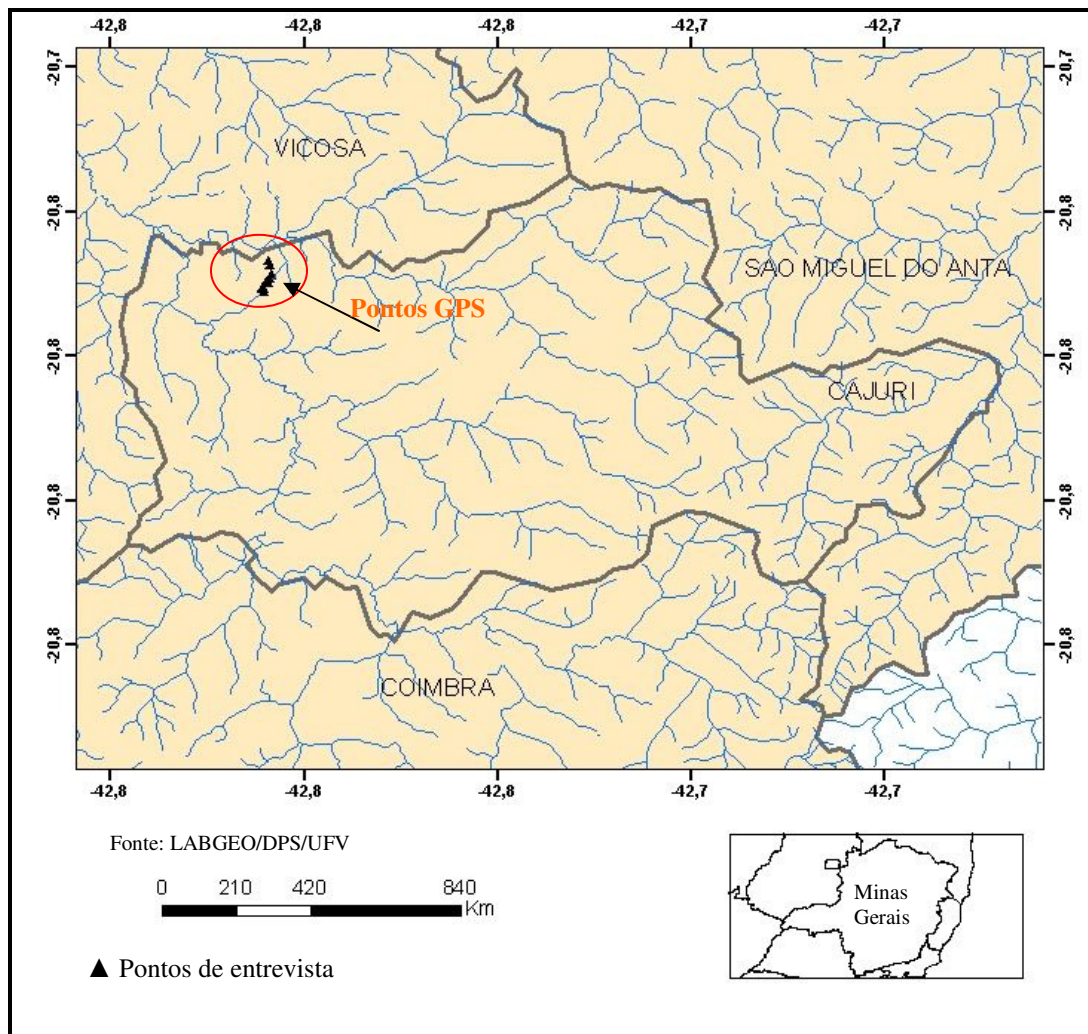


Figura 02- Rede Hidrográfica com a localização dos pontos de entrevista na comunidade Água Limpa no município se Cajuri, Minas Gerais.

Diante dos primeiros dados concretos, fez-se necessário desenvolver leituras mais aprofundadas, de maneira que pudesse ser construído outro roteiro de entrevistas com conceitos mais pertinentes.

Segundo informações do representante da comunidade e vice-presidente do Conselho Municipal, nela existem 18 residências que apresenta uma distribuição espacial no entorno da estrada de solo batido e dos pequenos cursos d'água ali existentes. Dentre o total de residências, 15 famílias foram entrevistadas.

É importante ressaltar que as entrevistas realizadas com os agricultores familiares levantaram informações, inclusive, quantitativas as quais contribuíram para os resultados da análise qualitativa dos dados, dentro dos objetivos e da hipótese levantada, fundamentais neste trabalho.

Após todas as etapas anteriores serem cumpridas, o tratamento das informações foi escrito, os dados coletados e organizados a fim de se obter o texto final da pesquisa. Em seguida, no quadro 1, são apresentados alguns dados, adquiridos a partir das entrevistas. Estes foram utilizados para levantar informações, sobre cada família, os quais foram elaborados com base nos objetivos propostos.

2.3. Resultados e Discussão

Este capítulo tem por objetivo avaliar os impactos dos incentivos governamentais (federais, estaduais e municipais) para a agricultura, identificados na pesquisa, com destaque para o Pronaf, através das entrevistas sobre a propriedade familiar agrícola local; verificar a participação das famílias em algum Programa de fortalecimento da Agricultura Familiar e como os mesmos refletiu em cada família da comunidade em questão. A tabela 1 a seguir apresenta parte dos levantamentos.

Quadro 1

Quadro de Informações baseadas nas entrevistas	Número de pessoas
Total de pessoas entrevistadas	15
1) Recebem algum apoio do governo a partir de 2003	8
1.1) Recebem apoio do governo direcionado à agricultura	5
2) Já tiveram algum empréstimo ou apoio do governo antes de 2003	3
3) Têm dificuldades para renovar a documentação	-
4) Possuem instrumentos agrícolas	4
5) Adquiriram instrumentos agropecuários a partir de 2003	4
6) Instrumentos adquiridos através de incentivos governamentais	2
7) Os instrumentos são utilizados na agropecuária	4
8) Houve melhorias com os incentivos	7
9) Houve valorização da propriedade neste período.	8
10) Variação do tamanho das propriedades rurais.	½ a 18 Ha.
11) Consideram que houve melhorias no governo Lula	15

Fonte: Dados da pesquisa.

É importante lembrar que também serão mencionados, nesta discussão, outros tipos de apoio governamental, considerados significativos do ponto de vista qualitativo, em relação ao ponto de vista das famílias da comunidade sobre o governo federal. E que vão contribuir para o entendimento de algumas questões em torno dos empréstimos do Pronaf. Neste sentido é

possível observar no quadro acima o seguinte: embora apenas 5 famílias recebam apoio do governo direcionado à agricultura, tais como: empréstimos, assistência técnica, cursos, sementes e mudas frutíferas, existe outra parcela que recebe empréstimo para construção de residências e aposentadoria, hoje considerada um direito dos agricultores familiares no Brasil mas, ao relembrar Carneiro (1997), já há bastante tempo, esse tipo de direito social foi instituído na França, através de políticas sociais do governo francês no intuito de melhorar a qualidade de vida do agricultor e diminuir as disparidades existentes entre eles e o trabalhador urbano. Aqui, no Brasil, segundo o Projeto Renasce Brasil:

A previdência foi estabelecida no país em 1923, quando o Congresso Nacional cria a Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados de empresas ferroviárias. Junto com os familiares, eles passam a ter direito a assistência médica, remédios subsidiados, aposentadoria e pensões. (PROJETO RENASCE BRASIL, 2009, p.01).

No entanto, ainda de acordo com o Projeto referido acima: “O trabalhador do campo é incluído no sistema previdenciário em 1963, quando é criado o Estatuto do Trabalhador Rural, que concede, entre outros benefícios, aposentadoria por invalidez e velhice.” (Projeto Renasce Brasil, 2009).

Também foi constatado que alguns entrevistados recebem auxílio do Programa Bolsa Família do Governo Federal. Esse benefício está incluído entre as prioridades criadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social. De acordo com informações desse Ministério:

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. O PBF

integra a estratégia FOME ZERO, que tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. (MDS, 2009).

Sem esse benefício a situação financeira dessas famílias seria extremamente complicada, pois nenhuma se enquadra no número de famílias onde existem pessoas que trabalham em algum tipo de serviço formal. Os responsáveis por elas vivem do trabalho informal, quando ele aparece. Diante desta realidade é curioso e vale ressaltar a questão da conscientização desses trabalhadores em relação ao fato de estar sindicalizado. Pois mesmo vivendo em situações de extrema necessidade, não deixaram de contribuir com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em nenhum momento, e ainda, têm total clareza dos benefícios que a contribuição sindical lhes assegura.

Em relação aos empréstimos realizados nos Bancos credenciados pelo Estado , como crédito ao produtor rural, por meio de incentivos do governo, bem como apoio técnico da Emater, apenas 3 agricultores haviam sido contemplados , no período que antecede o ano de 2003. Um deles fez um empréstimo para o cultivo de milho, na década de 1960. Segundo seus depoimentos não foi possível obter renda nenhuma. “A única coisa que arranjei foi prejuízo e aborrecimento, porque eu não consegui renegociar os juros, nem as parcelas. Então larguei tudo para o meu irmão resolver para mim e fui embora para São Paulo.” Este trabalhador é um exemplo de inúmeros que passaram a fazer parte do êxodo rural à procura de melhores condições de vida nos grandes centros urbanos mas, por motivos não revelados retornou à sua terra de origem. O seu depoimento confirma a inflexibilidade das Agências Bancárias, naquela época e, a falta de interesse em disponibilizar crédito ao pequeno produtor rural. Ainda hoje, em pleno século XXI isso é comum. Conforme entrevista realizada junto a um técnico da Emater, concedida a Paulino:

Os bancos não gostam de trabalhar com o Pronaf, aliás os bancos não querem nem saber dos pequenos produtores, é muito pouco movimento para muitos papéis. É mais fácil viabilizar o crédito para um grande produtor de que pequenas porções de crédito pulverizado. O trabalho é o mesmo para um pequeno e para um grande, mas o movimento é diferente. Hoje os gerentes trabalham com metas. Somente aqueles mais conscienciosos viabilizam o Pronaf sem embaraços. (PAULINO, 2006, p.291).

Em entrevista com a extensionista da Emater de Cajuri, ela aponta as principais dificuldades burocráticas atualmente:

Nem sempre a gente tem acesso a certos editais. Quando eles são divulgados, o tempo para elaborar os projetos e se inscrever é muito curto. Isso requer que a Emater já esteja com projetos pré-elaborados. Porém, isso não funciona muito porque pode ser que haja alguma coisa que não se encaixa no perfil do tipo de projeto que o governo quer; então fica difícil.

Outra coisa que atrapalha é a aprovação dos projetos. Às vezes passa em uma instância mas se esbarra noutra. As questões políticas atrapalham muito.

Em relação à Prefeitura, a dificuldade é sobre as licitações. A espera fica entre 30 e 90 dias. É bastante longo.

Do ponto de vista de um dos técnicos da Emater de Viçosa, “no caso de instituições sem estrutura, a burocracia atrapalha sim. Pois, sobrecarrega os funcionários. Mas no município de Viçosa existe uma boa estrutura. Então dilui um pouco essa burocracia”.

Embora ainda sejam recentes as mudanças e, ocorra esse tipo de problema, de acordo com Abramovay (2001), o Pronaf vem atender às reivindicações dos movimentos sociais, inclusive por meio de conflitos que, obrigaram os Bancos a se direcionarem para segmentos sociais dos quais mantinham grande afastamento. Outro empréstimo realizado desde antes de 2003, foi o **Pronafinho**, uma variação do Pronaf, no governo FHC (Fernando Henrique Cardoso). Em entrevista o agricultor nos revelou que “nesta época era muito ruim devido o valor ser baixo e pior ainda, porque eu não tinha assistência técnica”. O último dos três referidos produtores chegou a fazer dois de alguns cursos antes de 2003 mas, só iniciou os empréstimos do Pronaf a partir de 2005, sendo que recebe apoio da Emater de Viçosa desde

2000. Segundo os que chegaram a fazer empréstimos antes de 2003, não foram experiências boas porque os juros eram altos e as condições de pagamento não eram favoráveis. A partir de 2003, não apenas os 3 produtores referidos acima conseguiram adquirir instrumentos agrícolas tais como: picadeira, despoldadeira e ciladeira como, inclusive mais um produtor além dos três acima.

Todos os instrumentos são utilizados para a agropecuária, seja para lavar, despoldar e selecionar o café como para moer cana, mandioca e milho para fazer ração. Embora somente dois tenham conseguido comprá-los com empréstimos do Pronaf, de alguma maneira a situação econômico-financeira do país favoreceu demais pessoas na aquisição de instrumentos, “impossíveis de comprar em épocas anteriores”, segundo eles. Ao perguntar se houve melhorias com a concessão dos incentivos, todos responderam que sim, “sem comparação, imagina quando a gente não tinha a máquina descascávamos toda a mandioca na mão. Era trabalho demais.” Inclusive agricultores que tiveram outros tipos de incentivos como empréstimos para construção e cursos também confirmam melhorias. Uma agricultora, em seu depoimento disse: “quando iniciei a produção de queijos, eu não sabia nada. Eles voltavam tudo da feira porque eram ruins. Depois que fiz uns cursos pela Emater, não sobra queijo nem para levar para a feira. As pessoas compram aqui mesmo”.

As informações positivas não vieram apenas sobre o que foi descrito até o presente momento. Mais da metade dos entrevistados, ao responder a pergunta em relação à valorização da propriedade a partir de 2003, declararam, com satisfação e mencionaram algumas tais como: um curral, o terreiro de café, as máquinas, a casa que reformou, o pasto, o esgoto encanado, entre outros. Isso foi possível, inclusive devido à presença da Emater, tanto de Viçosa quanto de Cajuri (a partir de 2006). Em entrevista, a extensionista de bem-estar social realmente confirmou que a comunidade Água Limpa só passou a ter um

acompanhamento da Emater a partir da data mencionada acima, cuja idéia foi iniciar um trabalho justamente nas comunidades mais distantes para chegar às mais próximas.

É importante refletir nesta discussão sobre o tamanho das propriedades rurais da comunidade em estudo. Sobretudo por serem provenientes de herança, todas elas são bastante pequenas, não chegam a ter sequer um módulo rural³. O tamanho varia entre ½ e 18 hectares, sendo que a maior parte dos proprietários tem em torno de 3 hectares. Ao pegar como exemplo um produtor cuja propriedade apresenta esta medida, foi possível notar como é importante o acompanhamento técnico para a racionalização do território que cada produtor possui, principalmente quando este é pequeno. Esse agricultor, cultivava sem um conhecimento científico adequado e suficiente sobre a propriedade. Sua carga-horária diária de trabalho chegou a ser 12 a 16 horas/ dia, na lavoura. No segundo ano houve uma redução de 8 horas e, do ano de 2008/2009 passou para 4 horas. Foram muitas e distintas orientações. De acordo com a extensionista da Emater de Cajuri:

Sugerimos que ele aumentasse o tempo de colheita, colhendo mais vezes e, menos café por vez. Assim não junta muito café no terreiro. Ele e a esposa vão dar conta de secá-lo e, por isso, o café não perde a qualidade porque não dá tempo de fermentar. Antes ele gastava 3.000 reais com adubo. Depois do estudo dos solos da propriedade e da sua conscientização esse gasto reduziu para 1.000 reais. Antes o salário dele com a lavoura era 1/3 do salário mínimo. No primeiro ano de trabalho com ele (2006) passou para ½ do salário mínimo e na metade do segundo ano passou para 1 salário mínimo. Neste último ano (2009) dobrou.

Este agricultor relata que o contato maior com a extensionista começou quando a fossa séptica da sua casa estourou: “eu falei com a extensionista sobre o acontecido e ela procurou o Rafael, que trabalha junto à empresa Intec Ambiental, em Viçosa, com projetos relacionados

³ Para Viçosa e Cajuri, 1 módulo rural equivale a 22 hectares.

ao sistema de tratamento de esgoto”. Essa empresa, que já havia escolhido outra comunidade para realizar um experimento, se interessou em fazê-lo na residência do referido agricultor, no intuito de realizar um projeto posterior, envolvendo toda a comunidade, caso o experimento obtivesse êxito, sobre a implantação do sistema de tratamento do esgoto doméstico. De acordo com VON SPERLING (apud SOARES, 2008) esse tipo de esgoto é proveniente das atividades fisiológicas humanas (fezes e urina) assim como da água resultante das atividades domésticas cotidianas. A empresa contou com a parceria entre a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia. A concretização do projeto na casa do agricultor foi acompanhada o tempo todo com técnicos da empresa Intec Ambiental, que durante muitos dias fez a coleta de água para verificar se realmente houve sucesso na implantação do mesmo. Os resultados foram alcançados com êxito, pois, segundo representante da empresa, 90% dos coliformes fecais foram eliminados. Os demais 10%, naturalmente são transformados assim que a água final do processo de tratamento for escoada para o solo. Após esses resultados, a água do poço, utilizada para consumo da família, também passou novamente por um processo de análise, e verificou-se que já não há mais contaminação da mesma. A extensionista da Emater de Cajuri explicitou um pouco da situação da família: “A fossa séptica era construída em um local que contaminava o poço artesiano, o que provocou a verminose/manchas na pele de toda a família”. Hoje a fossa e o poço mudaram de lugar e além disso o esgoto é tratado. Não tem mais verminose.

Do total de 15 famílias entrevistadas, quase todas jogam o esgoto nos cursos d’água. Três delas apenas têm o esgoto do banheiro encanado para fossa séptica. Em relação à água, embora todos tenham banheiro em casa, somente 14 famílias têm encanada e 1 é tratada. A residência que não possui água encanada, é também a que é desprovida de energia elétrica, dentre as 15. A falta de saneamento básico, comum na zona rural, se junta à falta de coleta do lixo, inclusive das embalagens provenientes dos adubos químicos. Foi a partir dessa

necessidade que foi desenvolvido um projeto de “Limpeza dos Arredores”, no qual envolveu a comunidade - Emater- Prefeitura de Viçosa, em parceria. Além do lixo recolhido no entorno das residências, ficou combinado entre os agricultores que as embalagens de agrotóxicos seriam devolvidas nas lojas de venda do mesmo.

Do total das famílias entrevistadas na comunidade Água Limpa, 15 pessoas trabalham fora. Isso reflete uma realidade bastante comum no meio rural, que do ponto de vista de Moreira: a

vivência histórica de precárias condições de produção e de competição nos mercados impõe, atualmente, aos agricultores familiares brasileiros a necessidade de procurarem diversificar as fontes de renda familiar. Para estabilizarem suas condições de vida eles recorrem à realização simultânea de atividades rurais e urbanas – membros da família com emprego urbano, pequenos comércios, como as bodegas etc.; diversificam as atividades da família – artesanatos, conservas caseiras, turismo rural etc. (MOREIRA, 2003, p.143).

Além disso existe uma parcela de agricultores na comunidade que, sobretudo em época de colheita do café, trabalham para aqueles que possuem uma produção mais elevada. Esta característica se enquadra na própria definição do conceito de agricultura familiar descrita no primeiro capítulo.

Diante desta discussão foi possível notar que na comunidade Água Limpa existem tanto os incentivos governamentais que, a partir das análises levantadas em pesquisa, estão dando certo para os agricultores, assim como outros tipos de apoio identificados, provenientes sobretudo do governo federal.

Em entrevista concedida por um dos técnicos da Emater de Viçosa, responsável pela certificação do café, o mesmo faz um depoimento em relação ao sistema de tratamento de esgoto realizado pela Intec Ambiental:

Quanto ao sistema de tratamento de resíduos que foi implantado na propriedade dele, com certeza ajudou no processo de certificação, mas considero que o maior ganho foi para o meio ambiente e para o próprio José Geraldo, pois os resultados da análise da água que ele usava para seu consumo e da família já vinham apresentando coliformes fecais e totais, devido à contaminação do lençol freático pelos dejetos domésticos e falta do sistema de tratamento dos mesmos.

Por se apresentar como um problema bastante comum nas comunidades rurais, a necessidade de programas voltados para o saneamento básico é urgente. Em resposta à pergunta sobre as intenções da empresa em continuar a implantação do sistema nas demais residências, um dos sócios da referida empresa, em entrevista, nos revela que : “sim, primeiro porque é uma comunidade que se localiza numa micro-bacia. Segundo porque seria uma unidade piloto onde se analisa a qualidade da água depois de implantado o sistema”. E sobre as possibilidades de isso ocorrer, o mesmo entrevistado nos informa o seguinte:

Existe. Porém, não com recursos da Intec porque financeiramente isso não seria viável. A idéia é fazer um projeto através do qual, adquirir recursos junto ao governo federal para a implantação do sistema de tratamento do esgoto envolvendo toda a comunidade. (INTEC AMBIENTAL, 2009).

Esta é a principal discussão em torno dos dados levantados. Com base nestas conclusões, será feito no capítulo seguinte uma discussão de tais dos mesmos inseridos no atual contexto do país.

3 – A QUESTÃO DOS INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS

Neste capítulo é feita uma breve discussão sobre os incentivos governamentais, com ênfase no Pronaf, bem como a sua inserção dentro do presente contexto do país.

Esta pesquisa nos revela informações bastante relevantes sobre a atual realidade dos trabalhadores rurais, através da referência da comunidade Água Limpa que, de modo geral, tem recebido uma assistência mais efetiva do governo, de poucos anos para frente. Como já foi mencionada no capítulo anterior, atualmente a renovação dos documentos tais como: Imposto Territorial Rural (ITR) entre outros não é complicado. E no caso de empréstimos, a renovação do valor emprestado é automática, segundo informação de um agricultor, “antigamente para a gente fazer um empréstimo tínhamos que ter avalista. Hoje é diferente, a gente só não pode é ter rabo preso”. Isso pode ser explicado pela maneira como o governo tem se comportado com o Pronaf e, como tem sido facilitada a documentação pessoal dos residentes no meio rural, devido à própria preocupação, por parte de órgãos governamentais, em agilizar e facilitar a aquisição de documentos básicos e fundamentais gratuitamente para os trabalhadores do campo em todo o país. A iniciativa possibilita desbloquear o acesso destes, aos benefícios e incentivos governamentais, não apenas dos agricultores rurais como, inclusive dos assentados rurais. Em 2004 o governo criou o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). De acordo com pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, uma ação de mutirão para documentação da trabalhadora rural, no Médio Jequitinhonha revela que “os trabalhadores rurais poderão tirar documentos como a carteira de identidade; o Cadastro de Pessoa Física (CPF); a Certidão de Nascimento; a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); a Carteira de Pescador e, ainda, fazer a inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).” (INCRA, 2009, p.01).

Na comunidade Água Limpa, pude comprovar que as famílias se incluem neste processo de agilização e do desatamento das amarras em relação à documentação e crédito, pois todos os agricultores declararam não ter dificuldades em fazer documentação ou renová-las. Em se tratando do Pronaf, a documentação não é complicada. Segundo a extensionista da Emater de Cajuri as exigências são: o fato da pessoa “ser produtora rural; 70 % a 80% da renda têm que vir da propriedade e adquirir a DAP (Declaração de Aptidão de Agricultor)”. Isso possibilitou novas perspectivas aos agricultores que desejam continuar na produção de café, historicamente cultivado nesta região e destaque na agricultura mineira

Por muitas décadas a região da Zona da Mata Mineira foi uma significativa exportadora de café. De acordo com Pascoal:

A exportação brasileira do café começou a crescer a partir de 1816. Na década de 1830-1840, o produto assumiu a liderança das exportações do país, com mais de 40% do total; o Brasil tornou-se, em 1840, o maior produtor mundial de café. Na década 1870-1880, o café passou a representar até 56% do valor das exportações. Começou então o período áureo do chamado ciclo do café que durou até 1930; no final do séc. XIX, o café representava 65% do valor das exportações do país, chegando a 70% na década de 1920... Desde os anos 50, a importância do café para a economia brasileira tem decrescido sensivelmente. Uma das consequências da crise mundial de 1957 foi o início da produção de café solúvel. (PASCOAL, 2009).

A preocupação com a produção girou sobretudo em torno da quantidade de café que se exportava, da qual se obtinha um valioso lucro. Ainda de acordo com Pascoal (2009), a importância do café só começou a se reduzir, a partir de 1950. Embora isso tenha ocorrido, de poucas décadas para frente, Minas Gerais continua sendo o Estado com maior destaque na produção de café do Brasil. Um estudo sobre a produção agrícola mundial no ano passado nos

mostra essa realidade: a posição dos Estados brasileiros sobre a produção do café, no qual Minas Gerais se destaca. Os dados a seguir são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Estão considerados nesta publicação os estados informantes de café, em ordem decrescente de participação na produção total do país: Minas Gerais (50,6%), Espírito Santo (22,1%), São Paulo (9,2%), Bahia (5,8%), Paraná (5,6%) e Rondônia (4,0%). O restante da produção nacional, 2,7%, está distribuído pelas seguintes Unidades da Federação: Acre, Pará, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. (IBGE, 2008).

No entanto, embora Minas Gerais continue sendo o Estado com maior destaque na produção nacional do café, atualmente existem novas exigências em relação a esse produto. Estas envolvem desde o modo de produção até a maneira como ele é colhido e torrado. Ou seja, a produção do café hoje em dia obedece a critérios estabelecidos que prezam pela priorização da sua qualidade.

Diante deste breve histórico, é possível destacar como tem sido a orientação dos técnicos da Emater de Viçosa na comunidade Água Limpa, visando respeitar e atingir tais critérios de produção para se enquadrar nos padrões estabelecidos mundialmente em relação ao café e, assim sendo, poder participar da exportação dos produtos desses agricultores familiares.

Neste ano um dos produtores da comunidade conseguiu exportar o seu café para a Itália, em parceria com uma associação de exportação. Como esclarece Elias (2003), no período Técnico- Científico- Informacional, mesmo indiretamente, todos os lugares participam de uma ordem econômica mundial. Segundo o produtor em questão, diante dos cálculos realizados: “realmente pude obter um lucro maior este ano, e a partir de agora estou pensando seriamente, ao invés de me preocupar com a quantidade de produção do

café, estou pensando em investir na qualidade.” Este produtor é um dos participantes dos cursos de capacitação, oferecidos pelas instituições governamentais, a fim de adquirir a certificação do café, inseridos no Projeto Estruturador Certifica Minas, sob gerência do Instituto Mineiro de Agropecuária que tem por objetivo:

Ampliar a inserção da produção agropecuária mineira nos mercados nacional e internacional, a partir da superação das restrições zoofitossanitárias obtida com o incremento dos programas de inspeção, de certificação da qualidade e de defesa sanitária animal e vegetal. (IMA, 2009).

É fato que a agricultura familiar tem se tornado um dos centros de discussões em todo país, sobretudo quando entra em pauta a questão agrária e fundiária no Brasil. Certamente sempre vai haver aqueles grupos que não desejam e nem colaboram para o sucesso de programas direcionados à população desfavorecida. Esse tipo de interesse está além da compreensão de que é fundamental repensar a agricultura no sentido social, em amplos os aspectos. Felizmente, há aqueles que podem comprovar a ocorrência de uma mudança concreta como é o caso de ABRAMOVAY (2001, p.121):

É unânime, na literatura a respeito, a constatação de que o PRONAF correspondeu a uma virada significativa nas políticas públicas voltadas ao meio rural no Brasil (Abramovay & Veiga, 1999; Silva, 1999; Ministério do Trabalho, 1999; Belik, 2000).

A sua afirmação ganha força quando é possível notar algumas medidas articuladoras e concretas provenientes do Governo Federal, no sentido de formar uma teia, a partir de várias medidas, a fim de atingir os objetivos em torno da agricultura familiar. Um exemplo vem do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em relação às novas regras na compra da merenda escolar:

A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (de acordo com o Artigo 14).

Assim sendo, existe uma possibilidade bem mais coerente de que a agricultura familiar realmente possa tomar uma dimensão um tanto significativa. Atualmente já existem dados do censo 2006 sobre a agricultura, os quais já foram mencionados anteriormente, e que comprovam o que alguns grupos já esperavam. “O Censo 2006 também vem confirmar o que os movimentos sociais do campo têm frizado desde sempre. A agricultura familiar é responsável pela maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, e assim garante a segurança alimentar de nossa gente” (Canuto, 2009, p.1). Outro dado importante do Censo é em relação à mão de obra em atividade. O total do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias, segundo o Censo 2006, era de 12.801.179 pessoas. Destas 11.036.701 atuava nas atividades da agricultura familiar. Somente 1.764.478 pessoas, nas atividades da agricultura empresarial. Isso mostra que em média a agricultura familiar gera um emprego a cada sete hectares, enquanto a agricultura empresarial gera um emprego a cada 141 hectares. E alardeia aos quatro cantos que sua atividade é responsável pelo aumento do emprego no campo.

Outra discussão em foco está relacionada com a agricultura familiar associada ao desenvolvimento local sustentável. Diante da pesquisa levantada, é fundamental discutir alguns pontos relevantes em torno do assunto. Dentro dos programas do governo, mais precisamente na Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do desenvolvimento Agrário, está em destaque o assunto:

O Pronaf Sustentável tem como objetivo planejar, orientar, coordenar e monitorar a implantação dos financiamentos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, com enfoque sistêmico, no âmbito das modalidades de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). (SAF/MDA).

A partir dessas reflexões, existe uma preocupação em relação a esse desenvolvimento sustentável, presente nos programas do governo federal e também por parte dos funcionários da Emater com os quais estive. Eles se mantêm sempre presentes na comunidade Água Limpa, e por estarem voltados para uma concepção transformadora do meio rural. Em depoimento concedido em entrevista sobre a comunidade, a extensionista da Emater de Cajuri nos informa que tenta fazer um trabalho com a perspectiva de “repaginação da propriedade e da família, até onde a gente pode e a família permite”. Isso envolve desde o modo como se administra a casa até orientações sobre o cultivo na propriedade. Segundo a entrevistada, só depois que o agricultor passou a ter um conhecimento mais aprofundado da sua propriedade, juntamente com a análise do solo, realizada pela Emater, é que foi possível obter êxito como um todo. Com base no exposto é possível concluir que, embora muitas pessoas na comunidade não estejam participando de empréstimos e nem de incentivos diretos do governo, voltados para a agricultura, existe uma coerência entre os ideais que estão incluídos nos programas governamentais e a realidade na qual se encontra a agricultura familiar em algumas propriedades da comunidade em estudo.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa foi capaz de nos mostrar uma realidade que vem sendo discutida há muito tempo, por meio dos estudiosos sobre o assunto, no tocante a alguns problemas comuns no meio rural e em relação à agricultura familiar. Dentre eles se encontra ainda a falta de integração entre técnicos e produtores rurais. Uma discussão em pauta que é mais “recente” está ligada ao desenvolvimento local sustentável. Outra realidade encontrada diz respeito ao modo como algumas políticas governamentais têm refletido na comunidade e que talvez, pela primeira vez têm acontecido de maneira positiva.

Contudo, embora ainda seja possível constatar que existem produtores da agricultura familiar que não se incluem nos programas governamentais direcionados para a agricultura. E neste sentido um fator relevante advém da falta de vigor devido à idade avançada de muitos deles que, apesar de tudo, reconhecem os avanços do governo. Aqueles que estão incluídos nos programas com empréstimos e assistência técnica demonstraram a possibilidade de trabalho em parceria com a Emater. Os resultados mostram isso, principalmente no que diz respeito à satisfação dos agricultores.

Ao ter observado as possibilidades futuras de novas realizações, a partir dos fatos acontecidos, foi possível constatá-las também, devido ao planejamento para o próximo ano entre a Emater e a comunidade, os quais incluem alguns projetos tais como: Projeto Resgate de Alimentos (com ênfase para a diabete e a hipertensão). De acordo com a extensionista da Emater: “É um trabalho que não deve ser intensivo porque a assimilação acontece pouco a pouco. São 120 horas de curso”. Além disso, em reunião com técnicos da Emater de Viçosa, está previsto para o ano que vem, a possibilidade da implementação de cursos que vão garantir renda para as famílias tais como: bordados com pedras e crochê, depois de observadas as aptidões da comunidade, assim como a implantação do Programa Compra

Direta que está ligado à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e ao Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA).

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**. São Paulo, n.15, 2001. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/revista/coletaneas/agricultura/index.html>. Acesso em: 16 novembro, 2009.

AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO FREI TITO PARA A AMÉRICA LATINA. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=41689>. Acesso em 02 de novembro de 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 8, p. 70-82, abril 1997.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Orgs.). **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

ELIAS, Denise. Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto. São Paulo. ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. São Paulo. ed. Atlas, 1995. Disponível em: <http://www.das.ufsc.br/~andrer/ref/bibliogr/pesq/pesq1.htm>. Acesso em: 17 de dezembro de 2009.

<http://www.planetaorganico.com.br/cafebrev1.htm>. Acesso em 15 Novembro 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1479&id_pagina=1. Acesso em: 15 de Novembro de 2009.

-----Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/default.shtm. Acesso em: 02 de Novembro de 2009.

Instituto Mineiro de Agropecuária. Disponível em: http://www.ima.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=160&Itemid=219. Acesso em: 16 de novembro de 2009.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=62:o-que-e-propriedade-familiar&catid=52:faqincra&Itemid=83 Acesso em: 28 outubro 2009.

-----Disponível em:
http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=11777:med

io-jequitinhonha-tera-dez-dias-de-mutiroes-de-documentos&catid=1:ultimas&Itemid=278. Acesso em: 18 novembro 2009.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/institucional/aeclaracaoaptidaopronaf>. Acesso em: 15 de novembro de 2009.

----- Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>. Acesso em: 15 de novembro de 2009.

<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/22647>. Acesso em: 02 novembro 2009.

----- **Perguntas e respostas**. 2005. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?dmnid=60&scid=&scant=>. Acesso em: 01 junho 2009.

Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e. Acesso em: 17 novembro 2009.

MOREIRA, Ricardo José. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.8, 1997. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/moreira8.htm>. Acesso em: 08 novembro de 2009.

MOREIRA, Ricardo José. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.20, 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/vinte/moreira20.htm>. Acesso em: 08 novembro, 2009.

PASCOAL, Luiz Norberto. Aroma de Café. **Grande Enciclopédia Larousse Cultural Café-La Dolce Vita**. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/cafebrev1.htm>. Acesso em: 15 novembro 2009.

PICCIN, Marcos Botton. Natureza, pequenos patrimônios produtivos do rural e sustentabilidade: uma abordagem interpretativa. In: CARNEIRO, Maria José; CARVALHO COSTA, Luiz Flávio de (Org.). **Leituras e Interpretações: teorias e práticas sociais**- Coleção CPDA Textos. Rio de Janeiro: MAUAD/NEAD, 2007.

PROJETO RENASCE BRASIL. Disponível em: http://www.renascebrasil.com.br/f_aposentadoria2.htm. Acesso em: 17 novembro de 2009.

ROSA, Sueli L. Couto. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: SEMANA DO FAZENDEIRO, 76^a, 2005, Viçosa.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora USP, 2005.

-----, **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

-----, **O espaço do cidadão**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1996.

SOARES, Antônio Alves. **Relatório 2 – Escopo preliminar do sistema de tratamento de esgoto (STAR versão 2)**. Financiadora de Estudos e Projetos. Viçosa, 2008.

ANEXOS

Entrevista com representante da EMATER de Cajuri e de Viçosa

- 1) Nome do funcionário (a)?
- 2) Qual função exerce na empresa?
- 3) Quais são os requisitos necessários para que um produtor rural consiga receber incentivos do governo?
- 4) A EMATER de Viçosa tem um contato constante com a comunidade Água Limpa? Desde quando existe contato com essa comunidade?
- 5) Quais projetos estão sendo desenvolvidos nesta comunidade?
- 6) Quais projetos já foram desenvolvidos na comunidade, desde 2003?
- 7) Existe alguma dificuldade, por parte da empresa, em realizar alguma atividade na comunidade Água Limpa? Qual?
- 8) A que você atribui tal dificuldade?
- 9) Dentre os projetos desenvolvidos na comunidade Água Limpa, qual (is) você considera que teve maior êxito? Por quê?
- 10) A burocracia atrapalha a EMATER no desenvolvimento de algum projeto?
- 11) No caso do produtor beneficiado pelo sistema de tratamento do esgoto, na comunidade Água Limpa, em que sentido esse sistema beneficiou a sua certificação do café?
- 12) Quais são os benefícios que o produtor tem em investir na qualidade do café?

Entrevista com proprietários rurais de Água Limpa

Data ___/___/_____

1. Você recebe algum apoio do governo, Organização Não-Governamental ou empresa particular em parceria com o governo? Eles são direcionados para quais produtos?
2. Quais tipos de incentivos você já teve? Onde eles foram aplicados?
3. O que é preciso apresentar às instituições para receber incentivos?
4. Você sente dificuldades para renovação dos documentos?
5. Você tem algum instrumento agrícola, na sua propriedade, que foi adquirido através de incentivos do governo ?
6. Esses instrumentos são utilizados? Como?
7. Você considera que os incentivos que tem recebido, melhoraram a produção? Dê um exemplo.
8. Você considera que a sua propriedade valorizou-se mais? Por quê?
9. Houve melhorias ou transformações pelo governo? Quais melhorias? A partir de quando?
10. Qual é o tamanho da sua propriedade?

Responsável pela família	Quantos aposentados	Quantas crianças	Quantos trab. Fora	Água encanada	Água tratada	Esgoto encanado	Banheiro
1)							
2)							
3)							
4)							
5)							
6)							
7)							
8)							
9)							
10)							
11)							
12)							
13)							
14)							
15)							
16)							
17)							
18)							

Informações Relevantes sobre a Comunidade Água Limpa